



**MOVIMENTO NEGRO E POLÍTICA EDUCACIONAL PARA A DIVERSIDADE
RACIAL: CAMINHOS NA REDE MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS**

Carina Santiago dos Santos ¹

Resumo: Este texto almeja apresentar os resultados parciais da pesquisa de doutorado desenvolvida no Programa de Pós-graduação em História – PPGH da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, que investiga as imbricações existentes na relação entre o Movimento Negro e os processos de elaboração, aprovação e implementação de políticas educacionais para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira na Rede Municipal de Florianópolis. Este estudo está fundamentado em entrevistas com sujeitos envolvidos neste processo, documentos institucionais oriundos dos poderes Legislativo e Executivo e aporte teórico de Bell Hooks, Petrônio Domingues, Amílcar Cabral, Michael Dawson, Achile Mbembe, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, Jeruse Romão, entre outros. Como resultados preliminares apontam-se a necessidade de ampliação de representatividade política da população negra na capital catarinense e seus percalços, protagonismo de mulheres negras no movimento negro local e nos processos de elaboração e implementação do conjunto de políticas educacionais para a diversidade étnico-racial e a importância do ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira realizado com perspectiva antirracista.

Palavras-chave: Movimento Negro, Ensino de História, Cultura Africana e Afro-brasileira, Prefeitura Municipal de Florianópolis.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por interesse central investigar o processo de institucionalização da política para o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira na Rede Municipal de Educação do município de Florianópolis, protagonizada pelo Movimento Negro, entre 1994 e 2016, desde a elaboração da Lei Municipal 4446/94 até a formação de professores. Para atingir este intento, procura-se compreender os caminhos trilhados por sujeitos históricos que se mobilizaram para forjar epistemologias de entendimento da realidade brasileira em diálogo com intelectuais da diáspora, constituir representatividade legislativa, implementar documentos normativos, elaborar pedagogias negras e instituir uma formação de professores

¹ Doutoranda em História no PPGH-UDESC, Professora da Rede Municipal de Florianópolis, cahsantiago@gmail.com.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



para o Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira, no sistema de ensino público municipal.

De acordo com o Censo de 2010, Santa Catarina conta com uma população de mais de 6 milhões e 200 mil pessoas e a menor população negra em percentual e números absolutos do país. Além disso, o estado é nacionalmente conhecido como parte da “Europa brasileira” e a cidade de Florianópolis destaca a origem e cultura açoriana com fervor. Sendo assim, a atuação do Movimento Negro catarinense, em especial em sua capital por ser foco da pesquisa, é fruto de intensa articulação e organização que culminaram em legislação pelo ensino da história da população negra quase uma década antes da legislação em âmbito nacional.

Compreende-se o Movimento Negro como forjado na luta histórica diante de condições adversas de vida desde o período da escravidão. Segundo Amilcar Araújo Pereira (2010, p.82) a existência de quilombos e estratégias de resistência, largamente mapeadas pela historiografia brasileira, são aspectos comprobatórios de sua atividade. Outras formas de organização estão demonstradas em clubes recreativos, irmandades religiosas e associações de toda ordem e fim.

Para o Petrônio Domingues (2007, p. 117-118), a trajetória de luta das organizações que constituem o Movimento Negro no Brasil é multifacetada e incorpora diversos setores da vida. Cada fase circunscrita em sua mentalidade, mas todos compreendendo a escravidão como razão preponderante para a condição de subalternidade do negro e enxergando na educação caminhos para superação das condições impostas pelo racismo.

Assim, o Movimento Negro é entendido aqui como integrante do movimento social e personagem ativo na constituição de sentidos de História e Cultura da África e Afro-Brasileira, ao elaborar um pensamento acerca da memória e história afro a ser ensinada e ao tencionar o Estado para sua implementação por meio de políticas públicas educacionais na Rede Municipal de Florianópolis. Entende-se, deste modo, o Movimento Negro como articulador e capaz de criar experiências e produzir demandas que influenciam a agenda política brasileira, neste caso em análise, a política na cidade de Florianópolis. A formulação de políticas educacionais voltadas ao ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira contribuem para que as unidades educativas de Educação Básica construam bases para a Educação das Relações Étnico-Raciais – ERER.



DESENVOLVIMENTO

Uma vez explicitada a configuração do Movimento Negro como um movimento social com contornos de luta antirracista e que um dos caminhos para superação de suas aflições de toda sorte se deu na busca de representatividade política, é preciso que seja feita uma explanação sobre a categoria representação. Aqui foi adotado como referência o estudo desenvolvido por Bell Hooks (1992), contidos em seu livro *Black looks: race and representation*. Neste, a autora apresenta e entende representação como uma imagem construída com intencionalidade e assim capaz de elaborar padrões e estes passam a ser adotados como parâmetros de referência. Chama atenção que estes processos possuem grande complexidade e são marcados por jogos de poder, mesmo que aparentemente haja maior representação na mídia de massa – presença em capas de revista e fotografias em espaços públicos, por exemplo – e que passos importantes tenham sido dados no campo educacional, no que diz respeito tocante à população negra nos Estados Unidos.

Pensando no cenário brasileiro, as duas primeiras décadas do século XXI trouxeram consigo um conjunto de leis e materiais educacionais sobre diversidade, bem como a ampliação do número de artistas negros nas formas de expressão de arte e mídia. Todavia, os efeitos históricos da sub-representação, ou da representação estereotipada em parâmetros depreciativos, do indivíduo e em seu grupo, podem ser difíceis de serem contornados sem a efetiva participação de todos, compreendendo o combate ao racismo como um projeto de nação.

Deste modo, a representação desejada por Hooks (1992) só pode ser alcançada no campo de luta crítica, questionando velhas narrativas e sugerindo alternativas para a construção da imagem do negro, que deve ser liberta do grilhão condutor da ideia de uma superioridade e normatividade da população branca. Destaca que esta luta precisa contar com a ajuda de todos, com a participação e protagonismo de pessoas negras conscientes, porque a maioria dos espaços de criação de representações não são ocupados por pessoas negras, o que auxilia na perpetuação de estereótipos.

Portanto, pensar a constituição de um corpo de representantes de um país que pretenda legislar para toda a composição de sua população, ou seja, propor leis que se dirijam ao encontro das necessidades e especificidades de toda população, só será possível a partir do momento em que houver representantes de todos os grupos que compõem a população e que



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



sejam considerados importantes por todos. Afinal, uma proposição só se torna lei com a aprovação da maioria. Para tanto, é preciso que a população, negra especialmente, veja entre os seus, capacidade e legitimidade para ocupar estes espaços e, por isso, a construção da imagem é tão relevante e imprescindível.

Gevanilda Santos (2009) considera que o estudo sobre partidos políticos e a relação com a população negra é relativamente novo na produção acadêmica, embora seja uma aproximação iniciada no Brasil ainda na primeira metade do século XX. Segundo a autora, é possível dividir os partidos políticos contemporâneos brasileiros em três grupos, quando o critério de análise está fundamentado em como encaram e incorporam a situação do negro: o primeiro grupo, composto de partidos conservadores, não inserem em qualquer tipo de ação e programa político a bandeira da comunidade negra, na medida em que não admitem haver desigualdades sociais pautadas na origem racial. Um segundo grupo, intermediário, admite e incorpora em sua atuação uma postura em defesa do negro em seus documentos oficiais e que se materializa em prática sempre mediada por muita pressão popular. E, por fim, o terceiro grupo, formado por partidos considerados de esquerda. Esses incorporam as pautas, discursos anti-desigualdades raciais, reservam muitas linhas e propostas em seus programas de ação para a população negra. Todavia, seguem não colocando a questão racial como central, ou seja, consideram que a desigualdade racial não é estruturante das relações sociais brasileiras e que estas só serão resolvidas com o combate às desigualdades vividas pelos pobres de modo geral. Conclui que “há um jogo de forças embutido na relação esquerda político-partidária e movimento negro” (SANTOS, 2009, p. 62).

Este jogo de forças apontado acima é interpretado por Osmar Teixeira Gaspar (2017), ao estudar sobre direitos políticos e representatividade nos cargos legislativos no estado e na cidade de São Paulo, como “uma violência coletiva da sociedade” (GASPAR, 2017, p. 303). Defende que a sub-representatividade negra nos partidos políticos cria, em contrapartida, um domínio de representatividade dos brancos que possui, “entre outros objetivos, não reconhecer as lutas arduamente empreendidas pelos múltiplos Movimentos Negros Brasileiros na busca de reconhecimento e efetiva igualdade de direitos.” (GASPAR, 2017, p.89-90). Deste modo, haveria na ausência de negros nas Casas Legislativas brasileiras a condição ideal para manutenção de privilégios e uso das candidaturas negras e dos votos obtidos por estas



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



em prol das candidaturas tradicionais e de ricos, transformando este processo em uma questão racial, para além de ideais político-partidários.

Pode-se ainda considerar que a inserção de novos sujeitos estabelece diálogo com o retorno do político (REMOND, 1999) sob novas formas, quando consideramos que renasce na contemporaneidade com inúmeros sujeitos que em seus fazeres estabelecem interações de toda sorte, aqui entendidas não somente como político-partidárias.

Este debate sobre representatividade negra na política ficou mais em evidência no Brasil a partir da eleição de Barack Obama para presidente dos Estados Unidos. Segundo Michael Eric Dyson (2016, p. XI), no livro *The Black Presidency – Barack Obama and the Politics of Race in America*, a eleição de Obama representou “o paradoxo da representação da América” na medida em que personificou todos os estadunidenses como símbolo do país no mundo, carregou a mudança que o país foi capaz de suportar e o povo que ao longo do tempo tinha sido aviltado de representação. Por isso, sua vitória simbolizou muito, apontando que, de fato, sim, eles podiam (e conseguiram) – em alusão ao slogan da campanha presidencial.

A eleição de um presidente negro no Brasil está distante de qualquer ambição proveniente do mais otimista observador do cenário político nacional. Os escritos sobre a representação negra na política ainda são escassos, acompanhando o número de políticos negros eleitos, em especial aqueles com plataformas em diálogo com o Movimento Negro. Osmar Teixeira Gaspar (2017) analisa o retorno nulo ao questionário enviado aos partidos, em razão de sua pesquisa de doutoramento, como um forte indício da ausência de uma política intrapartidária que se dedique a pensar e impulsionar candidaturas negras. A naturalização da ausência de representantes negros nas instâncias de poder contribui para que negros não se vejam votantes e capazes de receber votos de eleitores e candidatos negros, respectivamente. Além disso, candidaturas negras têm sido usadas como trampolim eleitoral, na medida em que angariam votos para suas legendas e auxiliam na eleição de candidatos brancos na manutenção de cenários hostis à ampliação de representatividade nas casas legislativas nas diversas instâncias de poder.

A preocupação com a participação política do negro, como caminho para transformação de sua realidade social, não foi gerada com as instituições do MN a partir da década de 1970 e, tampouco, suas incursões neste sentido. Houve a criação de associações por todo Brasil, mas a primeira tentativa de criar um partido político de base negra foi empreitada



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



mobilizada por integrantes de um dos representantes da crescente imprensa negra, Jornal Clarim da Alvorada, fundado em 1924. O insucesso na criação do partido batizado de Congresso da Mocidade dos Homens de Cor, bem como de uma associação e organização de um congresso, foi interpretado pelos integrantes do folhetim de notícias negras como fruto da imaturidade deste segmento para “qualquer organização mais ampla de negros”. (OLIVEIRA, 2002, p. 85).

Natália Nêris (2015, p. 41) compreende a década de 1970 para o MN como de “formação de um movimento nacional” com caráter mais político-reivindicatório. Pensando em período mais amplo, Geovanilda Santos (2009, p. 59) acrescenta que ao longo da ditadura militar, a organização do MN foi abastecida com a criação de ao menos 21 entidades pelo Brasil e neste estudo destacam-se o Movimento Negro Unificado – MNU (com ramificações por todo o território nacional) e o Núcleo de Estudos Negros – NEN (em Santa Catarina).

Assim, com o afrouxamento do regime repressivo e sofrendo cotidianamente com os efeitos do racismo, parte dos integrantes do Movimento Negro cria entidade que tem como proposta “a unificação da luta em escala nacional para fortalecer o poder político” (DOMINGUES, 2007, p. 114). O ato de fundação pública do Movimento Negro Unificado Contra Discriminação Racial (MNUCDR, posteriormente chamado apenas de MNU) ocorreu em São Paulo e em protesto ao assassinato de um homem negro e a discriminação sofrida por jovens em um clube tradicional em São Paulo. Na verdade, estes acontecimentos foram usados como gatilho para mobilização e organização de documento, redigido coletivamente, antes do ato em frente à Catedral da Sé.

Se no Brasil a população negra contabiliza mais da metade do total de habitantes do país, em Santa Catarina o cenário é um pouco distinto. Historicamente, o estado é conhecido pela imigração de origem europeia, especialmente germânica e italiana, e pelas benesses oriundas deste perfil de colonização (LEITE, 1991). Segundo o censo do IBGE de 2010, a população negra representa 15,25% do total. O pequeno percentual não pode ignorar que em números absolutos pretos e pardos somam mais de 950 mil pessoas e ser pretexto para invisibilizar a presença e a cultura deste grupo nesta região.

A história legislativa de Santa Catarina acompanha o cenário nacional de sub-representação negra na política, mas ganha destaque pois, já no primeiro pleito após a permissão do voto feminino elege sua primeira parlamentar negra, em 1934. Antonieta de



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



Barros foi eleita deputada estadual pelo Partido Liberal Catarinense – PLC, como suplente e assumiu o mandato em virtude de um dos eleitos ter abdicado do cargo para assumir funções junto ao executivo do estado.

Nascida e criada na capital catarinense, Antonieta foi uma renomada escritora e professora que atuou em diversas instituições de renome e em seu próprio curso como professora e em cargos de gestão. A trajetória de Antonieta foi vanguarda na política nacional como primeira deputada negra no Brasil, em tempos em que a escolaridade era barreira quase intransponível para mulheres, especialmente as negras. Ademais, a parlamentar ocupou novamente uma cadeira em um segundo mandato iniciado em 1947, pelo Partido Social Democrático – PSD. Nesta segunda legislatura, Antonieta chegou a presidir a Casa Legislativa e atuou na proposição de matérias em defesa e pelo magistério, como a proposição do dia 15 de outubro como dia do professor e a criação de critérios para concessão de bolsas de estudo (NUNES, 2001).

Mesmo que não haja registros de projetos voltados para esta população em específico, sua presença na Casa Legislativa catarinense representou um hiato de ruptura no padrão de representatividade composto exclusivamente por homens brancos. Tal padrão é tão arraigado que somente em 2012 outro negro ocupa uma cadeira na assembleia catarinense: Sandro Silva, do Partido Popular Socialista – PPS. Segundo notícia veiculada pelo folhetim da própria Casa, em seu discurso de posse, em junho daquele ano, o deputado afirmou:

Vamos trabalhar para que Santa Catarina continue sendo esse estado pujante e recompensador para todos. A partir dessa posse vamos buscar trabalhar políticas públicas em prol da população negra. [...] Considero-me uma pessoa abençoada com uma grande responsabilidade nos ombros, mas confiante para seguir em frente e fazer jus aos meus eleitores. Esses que a mim confiaram seu voto (Agência AL, 2012).

A reportagem traz inevitável menção à Antonieta de Barros e sua trajetória política, diante de sua singularidade e pioneirismo. Em trilhas diversas, Sandro explicita seus propósitos diretamente associados à população negra para a constituição de políticas públicas específicas, diferentemente de Antonieta, que os registros de menção sobre pertencimento racial só foram capturados em resposta às críticas realizadas por desafeto político, na década de 1940. Com Antonieta, Sandro compartilha também a experiência de magistério na Educação Básica no estado e o nome gravado na história da política catarinense.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



Sandro é natural de Joinville e lá foi eleito vereador. Como primeiro vereador negro da cidade também teve oportunidade de presidir a Casa Legislativa, antes de renunciar para assumir cargo na administração estadual. Como deputado estadual é possível analisar sua trajetória de proposições com base nos 67 projetos encontrados cadastrados no acervo digital da Assembleia Legislativa: 11 projetos estão diretamente ligados à população negra. Estas proposições abrangiam a garantia de negros nas campanhas oficiais ou patrocinadas pelo estado; o diagnóstico acerca de doenças comuns à população negra e seu debate; o questionamento aos órgãos competentes acerca das ações para efetiva aplicabilidade das leis educacionais com recorte racial; informações sobre a estrutura das escolas que atendem comunidades remanescentes de quilombo e o reconhecimento e o levantamento de rubricas para ações de organizações do MN. A ligação do ex-parlamentar com o MN é também explicitada ao assumir a presidência da Sociedade Kênia Clube – resistência negra e combate ao racismo. Sandro também atuou como coordenador da Coordenadoria de Promoção de Igualdade Racial de Santa Catarina (MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA, 2019).

Como capital do estado de Santa Catarina, Florianópolis sempre abrigou a sede do governo estadual e esteve no foco das colunas e jogos políticos. No censo do IBGE de 2010, a cidade contabilizava 421.240 habitantes, dentre os quais 14,68% ou 61.848 são negros. A historiografia identifica o ano de 1948 como chave na construção de uma narrativa que vai se tornar corriqueira sobre a cidade: sua origem açoriana. Empenhados em elaborar um passado europeu para a cidade, o I Congresso Catarinense de História teve como resultado principal a construção de uma memória açoriana para a cidade e a consequente invisibilidade de outros grupos, como os negros (CARDOSO; MORTARI, 1999).

A política local remonta aos tempos em que a cidade ainda era uma vila. Nereu do Vale Pereira (2012), ao relatar os passos percorridos pela então Nossa Senhora do Desterro para se tornar vila em 1726, aponta que esta condição permitia e exigia a criação de uma estrutura que incluía a Câmara ou Concelho do Paço, além de indicar que muitos registros se perderam sobre a temática, impedindo a construção de um relato mais detalhado.

Em virtude da ausência de documentos, da breve atuação de vereadores na década de 1930 e da ausência de atividade legislativa entre 1937 e 1945, convenciou-se adotar os



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL **HISTÓRIA DO TEMPO 2021 PRESENTE** UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



parlamentares que assumiram em 1947 como primeira legislatura. De lá para cá, foram concluídas 17 legislaturas com a presença de 8 vereadores negros.

Na primeira legislatura, entre 1947 e 1949, José Ribeiro dos Santos tornou-se o primeiro homem negro a ocupar uma cadeira na Câmara. Contemporâneo de Antonieta de Barros e próximo ao governador, à época Nereu Ramos, foi eleito suplente e assumiu suas funções em paralelo ao ofício de treinador de futebol e presidente de clube recreativo (Câmara Municipal de Florianópolis, 2012, p.68). Somente no pleito de 1992, outro parlamentar negro foi eleito e, a partir de então, a presença de negros nas legislaturas ocorre de modo ininterrupto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença de legisladores negros comprometidos com as pautas para melhoria das condições de vida da população negra ainda é minoritária.

Em Florianópolis, o engajamento do Movimento Negro local foi fundamental para que as políticas educacionais fossem implementadas, especialmente por intermédio de mulheres negras e engajadas na luta antirracista. O protagonismo de mulheres é aparente e precioso e suas trajetórias constituem epistemologias que precisam ser historicizadas.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena e PEREIRA, Amilcar Araujo (Orgs). **Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC**. Rio de Janeiro: Pallas, 2007.

BORGES, Roberto Carlos da Silva e BORGES, Rosane (Orgs.). **Mídia e racismo**. Petrópolis: DP et Alii; Brasília: ABPN, 2012.

CLEMÊNCIO, Maria Aparecida. **Narrativas de vida, escolarização e profissionalização de Professoras Afrodescendentes no Magistério (Santa Catarina, anos 50 e 70 do século XX)** Tese Doutorado (Educação) UDESC 2017 191p.

DYSON, Michael Eric. **The Black Presidency – Barack Obama and the Politics of Race in America**. Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2016.



IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL
**HISTÓRIA DO TEMPO
2021 PRESENTE**
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC



DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. In: **Revista Tempo**, v.12, n.23, p.100-122, 2007. <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07> Acesso maio de 2019.

GASPAR, Osmar Teixeira. **Mídias – Concessão e exclusão**: um estudo sobre as concessões de rádio e televisão e sua influência nas relações raciais no Brasil contemporâneo. Dissertação (Mestrado em Direito) USP 2010 192p.

_____. Direitos políticos e representatividade da população negra na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e Câmara Municipal de São Paulo. Tese Doutorado (em Direitos Humanos – Faculdade de Direito) USP 356p. 2017.

HOOKS, Bell. **Black looks**: race and representation. Boston: South Press, 1992.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. Biografia Sandro Silva. 2019. Disponível em: <http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/1236-Sandro_Silva>. Acesso em: 01 de abril de 2020.

MEMÓRIA POLÍTICA DE SANTA CATARINA. Biografia Antonieta de Barros. 2019. Disponível em: <http://memoriapolitica.alesc.sc.gov.br/biografia/68-Antonieta_de_Barros>. Acesso em: 01 de abril de 2020.

NUNES, Karla Leonora Dahse. **Antonieta de Barros**: uma história. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, 2001. 159 p. Disponível em: <http://www.tede.ufsc.br/teses/PHST0184.pdf>. Acesso em: 23 mar 2020.

OLIVEIRA, Laiana Lannes de. **A Frente Negra Brasileira**: Política e Questão Racial nos anos 1930. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. 2002. P.109

RÉMOND, René. O retorno do político. In: CHAVEAU Agnés; TÉTARD, Philippe. **Questões para a história do presente**. Bauru: Edusc, 1999. p. 51-61

SANTOS, Geovanilda. A organização dos negros e negras no partido dos trabalhadores e na sociedade brasileira (p.55-74). In: JACINO, Ramatis (Org.). **ÍMO- Panorama do pensamento negro brasileiro**. São Paulo: Nefertiti, 2009.

SANTOS, Natália Neris da Silva. **A voz e a palavra do Movimento Negro na Assembleia Nacional Constituinte (1987/1988)**: Um estudo das demandas por direitos. 2015. 205f. Dissertação (Mestrado Acadêmico da Escola de Direito) – Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2015. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/13699/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Nat%C3%A1lia%20Neris.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 25 mar. 2019.

Reportagem do discurso de Sandro Silva: Disponível em http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/sandro-silva-toma-posse-no-legislativo-e-faz-mencao-a-ex-deputada-antoniet Acesso em 17 abril 2019.

Agência AL Tatiani Magalhães